

A agenda africana no G20 e os desafios da adesão da União Africana

Murilo Gomes da Costa

Resumo

Qual é o lugar histórico ocupado pelo continente africano na agenda do G20? Neste artigo, serão avaliadas as principais iniciativas, elaboradas no âmbito do G20, que tenham sido voltadas ao continente africano. E, também, propõe-se uma discussão preliminar dos desafios e das oportunidades que a União Africana (UA) enfrentará ao ocupar um espaço permanente neste fórum de escala global. A pesquisa é viabilizada pela análise de fontes documentais primárias do grupo, onde são descritas as propostas de criação das iniciativas-chave do G20 para o continente africano, e pela análise dos relatórios de acompanhamento dessas iniciativas. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de um esforço institucional interno entre os 55 membros da UA e de uma colaboração da organização africana com outros países do Sul, como o Brasil, a África do Sul e a Índia, para que a UA atue como uma relevante formuladora e tomadora de decisões neste fórum global.

Abstract

What has been Africa's historical role in the G20 agenda? This article evaluates the main initiatives developed within the G20 framework that have focused on the African continent. It also offers a preliminary discussion of the challenges and opportunities the African Union (AU) will

face as it takes its permanent place in this global forum. The research is based on an analysis of primary documents from the group, detailing the creation proposals, and the review of key G20 initiatives for Africa. The findings indicate a need for internal institutional effort among the AU's 55 member states and collaboration with other countries from the South, such as Brazil, South Africa, and India, for the AU to become a significant policy maker and decision-maker in this global forum.

1. Introdução

A atual ordem multipolar tem testemunhado rearranjos e a ascensão de novos atores na arena decisória e nos fóruns de articulação política multilaterais. As mais recentes mudanças ocorreram com a ampliação do BRICS, representada pela adesão de cinco novos membros¹, e a admissão da União Africana (UA) como membro permanente do G20, ocorrida na Cúpula de Nova Delhi, em 2023, na Índia, apoiada e viabilizada por outros atores e membros relevantes do fórum: a África do Sul, o Brasil e a Índia.

A oficialização da UA como membro do G20 é um marco significativo e que trará diversas implicações para o papel da África como um ator decisório nos assuntos globais. Esta mudança destaca a crescente importância do continente em questões econômicas e políticas globais. O continente africano, até então, permaneceu como receptor de ajuda e um destino das políticas e iniciativas provenientes deste importante, porém pouco representativo fórum global. Com a entrada da UA, representando os seus 55 estados membros, o continente africano tem o potencial de mudar o seu *status* para tornar-se um relevante agente e

1 Originalmente, a ampliação previa a adesão de seis novos membros Argentina, Egito, Irã, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Com a eleição de Javier Milei, o novo governo anunciou que não formalizará o ingresso ao grupo. Importa ressaltar que para além dos novos membros anunciados, ao menos 20 economias próximas à Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul demonstraram interesse em fazer parte do grupo de emergentes.

tomador de decisões neste fórum. Por sua vez, o G20 se beneficia da ampliação, com o crescimento de sua legitimidade e representatividade (DERSO e MEHARI, 2023).

Este artigo busca analisar, portanto, o lugar histórico ocupado pelo continente africano na agenda do G20, avaliando quais foram as principais iniciativas, elaboradas no âmbito do G20, que tenham sido voltadas ao continente africano. E, também, propor uma discussão preliminar dos desafios e das oportunidades que a União Africana enfrentará ao ocupar um espaço neste fórum de escala global.

Para tal, o artigo será estruturado em duas seções. Em um primeiro momento, é feita uma breve descrição da cronologia institucional do G20, seguido de um resgate histórico das suas principais iniciativas voltadas ao continente africano. Para viabilizar tal resgate, será feita uma análise de fontes documentais primárias do grupo, onde são descritas as propostas de criação de iniciativas-chave para o continente africano –, tais como o “*G20 Energy Access Action Plan*”, a “*The G20 Initiative on Supporting Industrialization in Africa and LDCs*” e a “*The G20 Africa Partnership*” – e, também, a análise dos relatórios de acompanhamento e implementação dessas iniciativas.

Em um segundo momento, em diálogo com a recente literatura e em *policy papers* produzidos por analistas africanos e/ou especialistas na política internacional, serão apresentadas as principais oportunidades provenientes da adesão da União Africana ao G20, elencando os temas-chave a serem explorados, e uma discussão sobre quais são os principais desafios em termos de representação da UA neste espaço multilateral.

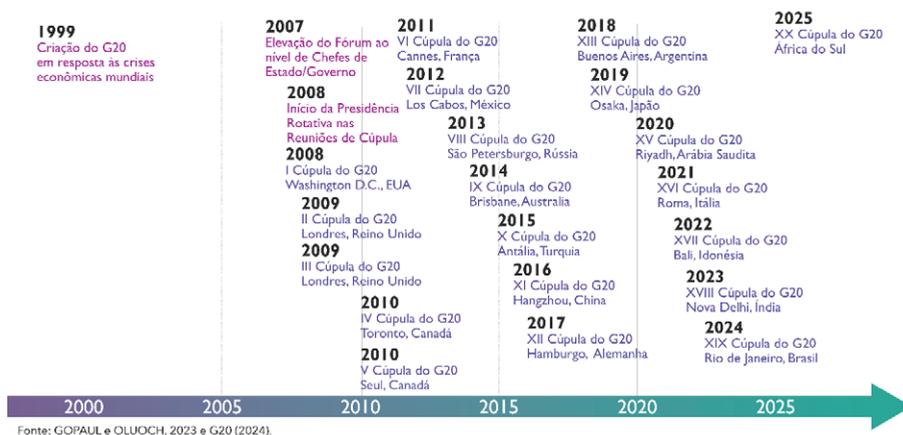
2. Cronologia institucional e a ‘agenda africana’ no G20

O G20 é um fórum composto por 19 das principais e mais avançadas economias, além de contar com a presença da maior organização regional, do ponto de vista econômico, a União Europeia. O fórum representa, portanto, 75% do PIB mundial, moldando, em partes, a cooperação econômica e a política global.

Desde sua formação em 1999, após a crise financeira asiática, o G20 desempenha um papel importante na governança global, atuando como uma plataforma informal para ministros das finanças e governadores de bancos centrais discutirem questões econômicas e financeiras globais, bem como a cooperação econômica internacional. Elevado ao nível de Chefes de Estado e de Governo durante a crise financeira de 2007, o G20 foi designado como o principal fórum para a cooperação econômica internacional, reunindo-se anualmente sob uma presidência rotativa (OLUOCH e GOPAUL, 2023).

Com o tempo, a sua agenda expandiu-se para abranger uma ampla gama de questões, incluindo desenvolvimento sustentável, comércio, medidas anticorrupção, energia, entre outras. Com isso, o G20 tornou-se uma relevante plataforma de governança global com ênfase na mobilização de respostas políticas à estabilidade econômica e aos desafios globais.

FIGURA 1. Cronologia Institucional do G20. Principais marcos institucionais e cúpulas de presidência rotativa do G20 entre 1999 e 2025



Fonte: Elaboração própria, com base em GOPAUL e OLUOCH (2023) e G20 (2024).

Ao longo de cada presidência e, em paralelo às cúpulas principais, ocorrem diversos eventos que colocam em diálogo as demais instâncias e estruturas do G20. Atualmente, o fórum conta com a Trilha de

Sherpas, a Trilha de Finanças e o G20 Social. A Trilha de Sherpas é composta por 15 grupos de trabalho, duas forças-tarefa e uma iniciativa, que debatem sobre temas de impacto econômico, social, científico e cultural. A Trilha de Finanças trata de assuntos macroeconômicos estratégicos e é comandada pelos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos países-membro. E, por fim, o G20 Social, que busca ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20² (G20, 2024).

No entanto, qual foi o lugar do continente africano na agenda do G20? No passado, o G20 concentrou-se em áreas fundamentais para o desenvolvimento da África, como a infraestrutura, segurança alimentar, inclusão financeira e o desenvolvimento de recursos humanos. Contudo, a sua estratégia para a África foi baseada em iniciativas isoladas, promovidas por líderes do G20, durante as suas presidências rotativas, como o Plano de Ação de Acesso à Energia do G20 na África Subsaariana (Cúpula de Antália), o Apoio à Industrialização Africana e de países em desenvolvimento (Cúpula de Hangzhou) e a Parceria Africana e o Compacto do G20 com a África (Cúpula de Hamburgo).

Diante disso, será feito a seguir um resgate e balanço dessas iniciativas-chave. A importância desta análise justifica-se pela atenção dada pelas lideranças do G20, na ‘Declaração dos Líderes do G20 em Nova Délhi’ de 2023, às iniciativas voltadas para a África. Além de formalizar a adesão da UA como membro permanente, o documento evidencia o interesse das lideranças do fórum em se comprometerem a “fortalecer laços com a União Africana e apoiá-la na realização das aspirações da Agenda 2063” e a “reiterar o apoio à África por meio do Compacto do G20 com a África e da Iniciativa do G20 para apoiar a industrialização na África e nos países menos desenvolvidos” (BRASIL, 2023).

2 Os 13 grupos de engajamento que fazem parte do G20 Social são: C20 (sociedade civil); T20 (think tanks); Y20 (juventude); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (business); S20 (ciências); Startup20 (startups); P20 (parlamentos); SAI20 (tribunais de contas); e os mais novos J20 (cortes supremas) e O20 (oceanos) (G20, 2024).

2.1 Plano de ação de acesso à energia do G20 na África Subsaariana

O Plano de Ação de Acesso à Energia do G20 na África Subsaariana foi elaborado durante a presidência turca do G20, em 2015, que escolheu a energia como tema especial para o trabalho do Grupo de Trabalho do Setor de Energia do G20 (ESWG). O plano é uma estrutura de colaboração voluntária que coordena atividades para garantir o direito à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos, de acordo com o ODS 7 (energia limpa e acessível). Este plano em especial, concentra-se em promover o acesso à energia do G20 na África Subsaariana com ênfase na eletricidade, porém com a intenção de explorar outras fontes e possibilidades no futuro (SEFORALL AFRICA HUB, 2024).

O Plano de Ação foi desenvolvido em um esforço colaborativo sob a liderança da equipe de facilitação global do SEFORALL³ e com o envolvimento ativo do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), que atua como anfitrião do SEFORALL Africa Hub.

Em seu documento oficial, o Plano de Ação identifica uma série de medidas para a colaboração dos países do G20 com os países da África Subsaariana por meio de três setores estratégicos e prioritários.

O primeiro setor está relacionado à política e ao ambiente regulatório. O plano incentiva os países do G20 a apoiar os processos liderados pelos países africanos para desenvolver as Agendas de Ação do SEFORALL como uma estrutura geral para o desenvolvimento do setor energético em nível nacional (SEFORALL AFRICA HUB, 2024).

O segundo setor envolve o desenvolvimento tecnológico. Nesta área, o plano observa que os membros do G20 poderiam apoiar o Programa

3 A Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SEforALL) é uma parceria entre governos, o setor privado e a sociedade civil e foi lançada pelo Secretário-Geral da ONU em 2011, tendo três objetivos interligados a serem alcançados até 2030: garantir o acesso universal a serviços modernos de energia; dobrar a taxa global de melhoria na eficiência energética; dobrar a participação da energia renovável na matriz energética global.

de Desenvolvimento do Mercado de Mini-redes Verdes voltado para a África, lançado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e financiado pelo Fundo de Energia Sustentável para a África (SEFA)⁴, também sob a gestão do AfDB (SEFORALL AFRICA HUB, 2024).

O terceiro está relacionado à integração regional. No documento, o plano faz referência às parcerias com o Grupo de Líderes Africanos de Energia e o apoio ao Programa para Desenvolvimento das Infraestruturas na África (PIDA) e, também, enfatiza a importância das instalações de preparação de projetos, com referência especial à Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) da Agência de Desenvolvimento da União Africana (Auda-Nepad), sediado pelo Banco. Por fim, com relação à coordenação e à colaboração, o plano destaca o trabalho com o SEFORALL e o SEFORALL Africa Hub, liderado por instituições africanas (SEFORALL AFRICA HUB, 2024).

Em termos de implementação das medidas anunciadas no Plano de Ação, este setor teve avanços importantes. O primeiro foi o estabelecimento do Programa de Desenvolvimento do Mercado de Mini-Grids Verdes (GMG MDP), gerenciado pelo hub africano do SeforALL e que integra o Programa ‘GMGs Africa’, financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). Outra iniciativa foi a criação do “*Green Mini-Grid Help Desk*”, que fornece um serviço de informações⁵ e de acesso a artigos aos formuladores de políticas e reguladores de mini-redes verdes (GMGs) na África Subsaariana (GREEN MINI-GRID, 2024).

4 Criado em 2011 em parceria com o governo da Dinamarca, o SEFA recebeu desde então contribuições dos governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Noruega, Espanha, Suécia e Alemanha, bem como do Fundo Nórdico de Desenvolvimento e da Aliança Global Energética do Povo e do Planeta (AFDB, 2024).

5 As informações e os artigos versam sobre políticas e regulamentações de energia, licenciamento e concessões de mini-redes, regulamentações técnicas, ambientais e de qualidade de serviço, esquemas de apoio financeiro e políticas e regulamentações fiscais para desenvolvedores (ENERGY4IMPACT, 2018).

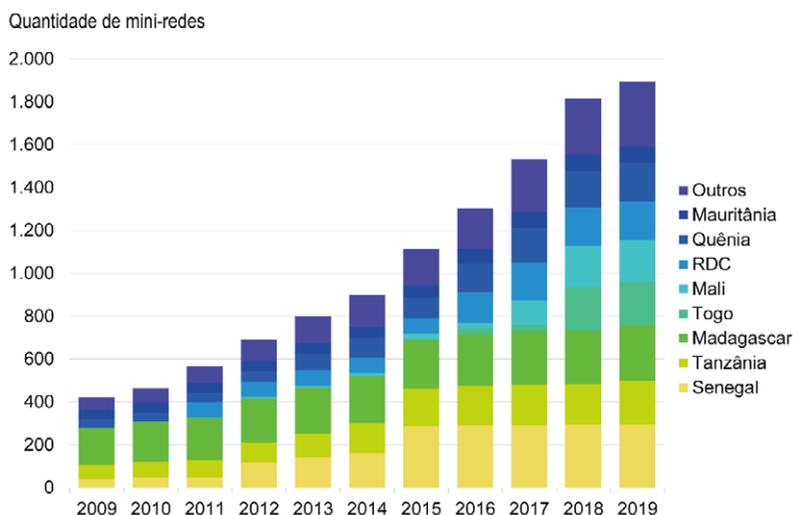
Em termos de recursos, o fundo SEFA do AfDB aprovou em junho de 2015 um subsídio de US\$ 1 milhão para lançar a Fase 1 do Programa de desenvolvimento do mercado de mini-redes verdes (GMG MDP) e, em seguida, um subsídio de US\$ 3 milhões para apoiar a Fase 2, em 2017 (SEFORALL AFRICA HUB, 2024). Por meio destas iniciativas, o SEFA abriu caminho para que o Banco financiasse os seus dois primeiros programas de expansão de energia verde na República Democrática do Congo e no Burkina Faso (AFDB, 2024).

O SEFA também desenvolve iniciativas de financiamento misto no setor. Desempenhou um papel catalisador na preparação e finalização financeira do Fundo Africano para as Energias Renováveis (AREF) – um dos primeiros fundos de ações pan-africanos no mercado. E desempenhou um papel importante na criação do Mecanismo para a Inclusão Energética (FEI) – uma plataforma de financiamento de dívida para energias renováveis de pequena escala em todo o continente (AFDB, 2024).

O grande diferencial das mini-redes verdes é o fato delas atenderem às necessidades de comunidades africanas distantes demais para serem conectadas economicamente a uma rede de distribuição no curto ou médio prazo, porém densamente povoadas o suficiente para oferecer economias de escala no fornecimento de energia, em comparação com sistemas residenciais individuais. A Agência Internacional de Energia estimou que as mini-redes são a opção de menor custo e que poderiam atender até 290 milhões de pessoas até 2030. No entanto, o acesso universal à energia na África exigirá até 150.000 mini-redes (SEFORALL AFRICA HUB, 2024).

Contudo, ao analisar os dados levantados pelo último relatório da SEFORALL sobre o estado do mercado global de mini-redes, é possível observar que, apesar do crescimento cumulativo, ele representa apenas pouco mais de 10% do cenário ideal e esperado para proporcionar o acesso universal à energia elétrica no continente africano.

FIGURA 2. Evolução das mini-redes na África Subsaariana
Histórico de mini-redes instaladas cumulativamente na África
Subsaariana entre 2010 e 2018



Fonte: elaborado pelo autor, adaptado e traduzido da imagem original de BLOOMBERG NEF e SEFORALL (2020).

2.2 Iniciativa do G20 para apoiar a industrialização na África e nos países menos desenvolvidos

Em setembro de 2016, a Cúpula de Líderes do G20 em Hangzhou, na China, lançou a ‘Iniciativa do G20 para Apoiar a Industrialização na África e nos Países Menos Desenvolvidos’, com o objetivo promover uma transformação estrutural inclusiva e sustentável para esses países.

Para tal, a declaração de líderes do G20 sugeriu que fosse dado apoio à agricultura sustentável e desenvolvimento do agronegócio e da agroindústria, por meio do aprofundamento, expansão e atualização do conhecimento local e da base de produção. O documento sugeriu também a promoção do investimento em energia sustentável e segura, por meio da cooperação em produção industrial, treinamento vocacional e infraestrutura e indústrias sustentáveis. E, por fim, a alavancagem de financiamento

nacional e externo e o apoio ao acesso equitativo a financiamento com ênfase em mulheres e jovens, assim como promoção de ciência, tecnologia e inovação como meio crítico para a industrialização (BRASIL, 2016).

Dinh (2023) argumenta, no entanto, que apesar de a comunidade internacional reconhecer a importância da industrialização na África e o lançamento dessa iniciativa ter sido um primeiro passo louvável, ela não resultou em um aumento das discussões ou da conscientização sobre a industrialização em geral e, particularmente na África, não levou à adoção de novas ações ou políticas industriais.

Segundo a autora, muitos membros do G20 e até mesmo os beneficiários pesquisados pela UNIDO, em 2019, desconheciam essa iniciativa. Diante de tal cenário, o Relatório de Progresso da UNIDO (UNIDO, 2019) sugeriu três ações políticas de remediação: i) Elevar a proeminência da industrialização dentro do quadro da agenda do G20; ii) Relatar regularmente o progresso e estabelecer conexões entre os esforços de industrialização e outras iniciativas do G20, bem como o Plano de Ação da Agenda 2030; e iii) Incentivar uma maior colaboração entre os membros do G20 e os beneficiários para desenvolver medidas práticas para a industrialização, incluindo a elaboração de mais ferramentas práticas (DINH, 2023).

Em 2023, o Ministério das Relações Exteriores da China reforçou – em um comunicado sobre a *‘Initiative on Supporting Africa’s Industrialization’* – o chamado à comunidade internacional para que apoie o Plano de Ação para o Desenvolvimento Industrial Acelerado da África e a Iniciativa do G20 para Apoiar a Industrialização na África e nos Países Menos Desenvolvidos. Por parte da China, o órgão anunciou que o governo chinês está pronto para priorizar as áreas de industrialização, por meio da implementação de medidas como o investimento de US\$ 10 bilhões na África e a facilitação de crédito de US\$ 10 bilhões em apoio a pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo em que segue atuando em nove programas do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), dentre outros planos de ação (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2023).

2.3 G20 Africa Partnership e o G20 Compact with Africa (CwA)

Em 2017, a Presidência Alemã do G20 lançou a ‘G20 Africa Partnership’, visando apoiar investimentos privados, infraestrutura sustentável e emprego nos países africanos, além de contribuir para a Agenda 2063 da União Africana. Em sua proposta inicial, a parceria buscava apoiar iniciativas políticas e facilitar os compromissos conjuntos entre países africanos, parceiros do G20 e as instituições financeiras internacionais (G20, 2017).

Uma das principais e mais frutíferas iniciativas da Parceria foi a criação do ‘Compacto do G20 com a África’ (CwA) no âmbito da Trilha de Finanças do G20, que é viabilizado pelo *Africa Advisory Group Meeting*, coordenado pela Alemanha e a África do Sul. Lançado em 2017, o principal objetivo do CwA é aumentar a atratividade do investimento privado por meio de melhorias substanciais nos marcos macroeconômicos, empresariais e financeiros dos países africanos. A iniciativa coordena agendas de reformas específicas de cada país, apoia medidas políticas correspondentes e promove oportunidades de investimento para os investidores privados. Seguindo a lógica da cooperação internacional, a iniciativa é orientada pela demanda (*demand driven*) e aberta a todos os países africanos (THE WORLD BANK GROUP, 2024).

Até o momento, 13 países africanos aderiram⁶ e os resultados alcançados pelo CwA foram apresentados no mais recente relatório de monitoramento do *Africa Advisory Group Meeting*, onde foram sinalizados os avanços, as principais reformas da estrutura macroeconômica⁷, bem como as necessidades prioritárias ainda existentes.

O relatório aponta que os países participantes do *Compact for Africa* (CwA) superaram os demais países africanos em termos de Investimento

6 Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Marrocos, Ruanda, Senegal, Togo e Tunísia (THE WORLD BANK GROUP, 2024).

7 Um detalhamento da reforma empreendida em cada um dos países pode ser lido na página 40 do relatório em THE WORLD BANK GROUP (2024).

Direto Estrangeiro (FDI), exportações e crescimento durante o período de implementação da primeira etapa do CwA (2017–2022). Atualmente, os países do CwA atraem, em média, cerca de US\$ 2 bilhões anuais em fluxos de FDI, em comparação com aproximadamente US\$ 0,7 bilhão para os países que não aderiram ao CwA (ambos estavam em cerca de US\$ 1 bilhão antes de 2015). Da mesma forma, as exportações dos países do CwA cresceram de forma constante, atingindo US\$ 20 bilhões em 2022, em comparação com US\$ 13 bilhões em 2017, enquanto as exportações dos países não-CwA permaneceram em cerca de US\$ 13 bilhões anuais (THE WORLD BANK GROUP, 2024).

Para a implementação do segundo período do CwA (2023-) e para atender às reformas e demandas apresentadas pelos países africanos que aderiram à iniciativa, o relatório aponta que serão necessários mais US\$ 100 milhões para financiar a assistência técnica solicitada. Esse aporte ajudará, principalmente, a mitigar os riscos dos investimentos privados na África. Segundo o Banco Mundial, o CwA 2.0 está despertando um interesse crescente dos membros do G20, que o veem como uma plataforma relevante para promover uma melhor governança econômica em toda a África, melhorar o impacto de seus programas bilaterais e fomentar conexões entre investidores do G20 e as empresas africanas (THE WORLD BANK GROUP, 2024).

3. Desafios e oportunidades da atuação da União Africana no G20

A recente inclusão da União Africana (UA) no G20 suscita questões sobre a sua capacidade de representar os interesses africanos e de influenciar a política global em áreas como mudanças climáticas, energia e reforma de instituições multilaterais. Embora haja consenso na literatura sobre a necessidade de uma uníssona ‘voz africana’ na governança econômica e política global, especialistas questionam a capacidade da UA de alcançar um consenso sobre as prioridades do continente, dadas as divisões entre os 55 seus estados membros.

Para discutir essa problemática recorre-se nesta seção às recomendações políticas e debates levantados por analistas africanos e especialistas em política internacional para a África, com o objetivo de sintetizar os principais pontos focais e oportunidades a serem desenvolvidos pela União Africana no G20, e delinear os desafios que a sua adesão ao G20 proporciona simultaneamente à organização africana e ao fórum global.

Em termos de preparação e antecipação, a 37^o cúpula da UA, ocorrida em fevereiro de 2024, demonstrou que a organização possui vontade política para levar adiante os interesses africanos no cenário internacional. Cinco meses após a adesão da UA ao G20, a organização internacional africana definiu quais são as suas prioridades no G20, com a definição das modalidades de participação e os mecanismos de financiamento da mesma.

Segundo Dersso e Mehari (2023), as seis prioridades da UA no G20 para os próximos três anos são: acelerar a Agenda 2063, defender a reforma das instituições financeiras internacionais, aumentar a produção agrícola, alcançar uma transição energética justa, promover mais comércio e investimentos para a implementação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) e melhorar a classificação de crédito da África, com o objetivo de impulsionar o investimento na fabricação de vacinas e na resposta às futuras pandemias.

Os Estados membros financiarão a participação da UA por meio do orçamento regular da UA e de subsídios de instituições financeiras africanas, como o AfDB e o Banco Africano de Exportação e Importação (Afreximbank). A cúpula confirmou ainda que os estados membros – representados pelo presidente rotativo da Assembleia da UA – liderarão a delegação da UA no G20, com assistência da Comissão da UA (DERSO e MEHARI, 2023).

Importa discutir ainda as questões sobre o potencial de influência da UA no G20. Dersso e Mehari (2023), argumentam que incluir a UA no G20 rompe com o princípio central do fórum – de que os membros representam as maiores economias do mundo. Dado que a África representa apenas cerca de 4% do PIB global, até que ponto os membros tradicionais

do G20 levarão a sério as opiniões da organização africana? Para evitar que a UA apenas legitime a dominação das grandes potências do Norte na governança econômica e financeira, a UA deve enquadrar a sua defesa em torno da interconectividade global da África. Ou seja, demonstrar que o desenvolvimento do continente é demasiado consequente para as economias do norte não ignorarem o papel e a influência da UA.

Muitos líderes africanos destacam a importância da representação e da visibilidade no fórum, no lugar de exercer necessariamente uma influência. No entanto, a visibilidade pode abrir o caminho para o papel da União Africana como uma definidora de agendas (*agenda-setter*). Em particular, a influência africana pode ser ampliada ao trazer para o G20, de forma articulada, posições conjuntas com outros atores do sul geopolítico, buscando superar o crescimento excludente, a vulnerabilidades da dívida, adversidades das mudanças climáticas e a defesa de instituições multilaterais mais equitativas. Essas agendas já são comumente defendidas por potências regionais como o Brasil, Índia e a África do Sul, por exemplo.

A adesão da UA ao G20 também poderá melhorar a coesão interna dos Estados africanos e das partes interessadas na governança econômica e financeira global. Com as próximas duas cúpulas no Brasil (dezembro de 2024) e na África do Sul (dezembro de 2025), uma articulação em prol da cooperação sul-sul poderá impulsionar ambas as agendas. Portanto, a UA terá que agir para se preparar para uma participação eficaz, tendo de finalizar as decisões e nomeações para as Trilha de Sherpas e seus grupos de trabalho e realizar negociações pré-cúpula.

Uma das saídas é estabelecer um diálogo e parcerias com organizações e espaços institucionais tradicionais, tais como a Agência de Desenvolvimento da UA (Auda-Nepad), o Mecanismo Africano de Revisão por Pares (APRN) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. Tal aproximação permite o desenvolvimento de posições africanas comuns, tendo em vista que são espaços que trabalham de forma articulada com outros relevantes da comunidade internacional (DERSSO e MEHARI, 2023).

Gopaul e Oluoch (2023) apontam que o principal desafio da adesão ao G20 será de ordem interna da UA, envolvendo consenso e colaboração. Para os autores, é imprescindível que a UA fortaleça a sua capacidade interna para responder eficazmente às pressões e interesses divergentes dos membros do G20, que nem sempre alinham com as prioridades africanas. Para as autoras, a UA pode usar sua posição no G20 para promover e avançar a Agenda 2063, que é uma visão transformadora para uma África integrada, próspera e pacífica para o continente.

Em um sentido similar, Makokera e Tigere (2018) abordam que há uma necessidade de um alinhamento de prioridades, tendo em vista que existe uma sobreposição significativa entre as iniciativas do G20, particularmente do DWG e a Agenda 2063 da União Africana.

No campo de infraestrutura e integração econômica regional, a integração econômica regional e o financiamento de infraestrutura são cruciais para o desenvolvimento africano. A UA e o G20 compartilham o objetivo de promover a infraestrutura sustentável, que é essencial para a integração econômica regional. Isso possibilita a facilitação do comércio intrarregional e um apoio às medidas que incentivem a industrialização e a participação em cadeias de valor transfronteiriças.

No tocante à desigualdade e inclusão, a desigualdade é uma questão crítica tanto para os países africanos quanto para o G20. A África do Sul, como membro do G20 e co-presidente do DWG, pode liderar a criação de uma plataforma de diálogo sobre a desigualdade, relacionando os desafios da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com os crescentes níveis de desigualdade. Neste mesmo campo, o DWG pode estabelecer uma plataforma de diálogo sobre desigualdade, examinando os desafios da implementação dos ODS e os níveis crescentes de desigualdade em muitos países, como a África do Sul e o Brasil, potências que desempenham um papel de liderança regionais devido à sua experiência e posição dentro do G20 e dos BRICS.

No tocante ao apoio do G20 à Agenda 2063, as autoras avaliam que é necessário um alinhamento entre a África do Sul, a UA e a sua agência

de desenvolvimento, a Auda-Nepad, para monitorar ativamente as iniciativas do G20 e garantir uma racionalização e alinhamento regulares com as prioridades africanas. Kluiver (2024), por outro lado, aponta que para além da aceleração da Agenda 2063 e da proposta de reforma das instituições financeiras internacionais, é fundamental dirimir o sofrimento econômico causado pelos encargos da dívida dos países africanos. Para o autor, a UA deve priorizar reformas específicas, como o aumento da transparência e da consistência, a simplificação das negociações e a introdução de mecanismos de incentivo para a participação dos credores. Isso estabelecerá a base para uma melhor estrutura de resolução de dívidas e apoiará o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico, possibilitando que a UA alcance os seus seis objetivos-chave no G20.

Esses diversos pontos focais e propostas destacam a importância de uma abordagem institucional coordenada e uma parceria estratégica com outros atores do Sul para alinhar as iniciativas do G20 com as prioridades de desenvolvimento da África, promovendo uma cooperação mais eficaz e sustentável.

4. Conclusão

Restes a completar 20 anos de reuniões consecutivas, o G20 evoluiu de um mecanismo informal de enfrentamento às crises, para um espaço multilateral que produz diversas ideias embrionárias com impactos que vão além dos aspectos econômico e comercial.

Como apontado por Dersso e Mehari (2023), no atual mundo multipolar, o G20 precisa da África tanto quanto, se não mais do que, a África precisa do G20. Com um engajamento mais amplo do continente africano, o G20 pode se reinventar e evitar o risco de um eventual declínio de sua relevância, principalmente diante da crescente importância de outros espaços multilaterais de articulação política e econômica como o BRICS. A participação da UA representa, portanto, uma consequência estratégica para a governança global, não apenas em termos de

representação da África, mas também de seu potencial de contribuir para a reformulação do G20.

O continente africano não poderá, contudo, permanecer no clássico lugar de um receptor da clássica “ajuda oficial ao desenvolvimento”, lógica fundamentada pelas grandes potências, ou apenas como um espaço de implementação das políticas e iniciativas multilaterais, mas sim transformado e reconhecido como um relevante formulador e tomador de decisões na arena deste relevante fórum global.

A participação ativa da UA pode trazer novas perspectivas e soluções inovadoras, enriquecendo os debates globais com a diversidade e experiências únicas do continente africano. Contudo, apenas por meio de uma colaboração estreita e uma representação unificada, a África pode aproveitar a plataforma do G20 para promover seu desenvolvimento econômico, social e político, beneficiando não apenas o continente, mas também contribuindo para uma ordem mundial mais equitativa e justa.

A experiência da União Africana na formulação e implementação da AfCFTA, por exemplo, demonstra como os membros da UA possuem um grande potencial em questões econômicas em comparação com outros novos acordos de livre comércio. Sendo considerada a maior área de livre comércio, por número de países, a AfCFTA tem mostrando um progresso maior em termos de novos protocolos e produtos comercializados em fase piloto, quando comparado a outras Áreas de Livre-Comércio (RYDER, 2023).

Outro campo que ganhará cada vez mais destaque no G20 são as políticas voltadas às mudanças climáticas. Este é um eixo temático no qual a África buscará ter mais voz nas decisões globais. Um exemplo do compromisso e da vontade política dos líderes africanos em discutir e propor medidas foi a realização do *Africa Climate Summit* em 2023, realizada na capital do Quênia. Os líderes políticos e empresariais africanos adotaram uma declaração para enfrentar os desafios climáticos na África. Dentre as suas propostas, a declaração ressalta a necessidade de criação de novos impostos globais e de reformas nas instituições financeiras internacionais para apoiar o financiamento de ações de mudança

climática. As propostas apresentadas nesta cúpula formarão a base da posição de algumas das lideranças africanas na negociação de cúpula da COP28 (AFDB, 2023).

Por fim, com as duas próximas presidências do G20 representadas por fortes lideranças do sul, o Brasil e a África do Sul, respectivamente em 2024 e 2025, urge que ambos os governos se articulem bilateralmente para construir propostas e agendas que facilitem a representação da União Africana no G20, consolidando as bases da construção diplomática iniciada na presidência indiana, que oficializou a entrada da organização africana.

A abertura deste diálogo já se mostrou favorável, com a participação do Brasil, representado por Lula, na reunião de líderes da UA, que mesmo restrita aos países do bloco, abriu exceção para a participação do Brasil na 37ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Nessa ocasião, o Brasil apresentou uma das suas agendas prioritárias na presidência do G20, que é a proposta de criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que será discutida na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro.

Referências

AFDB. AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Africa Climate Summit: global leaders place Africa at heart of fight against climate change**. Abidjan: 2023. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/topicos-e-setores/iniciativas-e-parcerias/fundo-de-energia-sustentavel-para-africa>. Acesso em: 17 jun. 2024.

AFDB. AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Fundo de Energia Sustentável para África**. Abidjan: 2024. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/topicos-e-setores/iniciativas-e-parcerias/fundo-de-energia-sustentavel-para-africa>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BLOOMBERG NEF; SEFORALL. **State of Global Mini-grids Market Report 2020: Trends of renewable energy hybrid mini-grids in Sub-Saharan Africa, Asia and islands nations**. [S.l.]: 2020. Disponível em: <https://www.seforall.org/system/files/2020-06/MGP-2020-SEforALL.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado dos Líderes do G20 – Cúpula de Hangzhou – 4-5 de setembro de 2016**. Brasília: 2016. Disponível em: [ht-](https://www.mre.gov.br/comunicado)

[tps://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-dos-lideres-do-g20-cupula-de-hangzhou-4-5-de-setembro-de-2016](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-dos-lideres-do-g20-cupula-de-hangzhou-4-5-de-setembro-de-2016). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 378**: Declaração de Líderes do G20 de Nova Delhi – Nova Delhi, Índia – 9 e 10 de setembro de 2023. Brasília: 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-g20-de-nova-delhi-nova-delhi-india-9-e-10-de-setembro-de-2023. Acesso em: 17 jun. 2024.

DERSSO, Solomon Ayele; MEHARI, Lea. **Why African Union’s membership in the G20 matters for both the G20 and Africa**. Addis Ababa: 2023. Disponível em: <https://amaniafrica-et.org/why-african-unions-membership-in-the-g20-matters-for-both-the-g20-and-africa/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DINH, Hinh. **Industrialization in Africa: Issues and Policies**. Research Paper, Policy Center For the New South. Morocco: 2023. Disponível em: <https://www.policycenter.ma/publications/industrialization-africa-issues-and-policies>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ENERGY4IMPACT. **New green mini-grid help desk for developers and policymakers unveiled at the SE for All Forum**. London: 2018. Disponível em: <https://energy4impact.org/news/new-green-mini-grid-help-desk-developers-and-policymakers-unveiled-se-all-forum>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GOPAUL, Pamla; OLUOCH, Juliet. Africa’s Role in the G20, **Cuadernos de Política Exterior Argentina**, 138, p. 45-54, 2023.

G20. **G20 Brasil 2024**. Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br>. Acesso em: 17 jun. 2024.

G20. G20 GERMANY. **G20 Africa Partnership**. Berlin: 2017. Disponível em: <https://cdn.github.org/umbraco/media/2574/fact-sheet-g20-africa-partnership.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

KLUIVER, Jana. **Debt relief should be the African Union’s focus at the G20**. ISS Today. Pretoria: 2024. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/debt-relief-should-be-the-african-union-s-focus-at-the-g20>. Acesso em: 19 jun. 2024

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. **Initiative on Supporting Africa’s Industrialization**. Beijing: 2023. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/wjdt_665385/2649_665393/202308/t20230825_11132534.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

RYDER, H. In Aljazeera. **African leaders seek global taxes for climate change at Nairobi summit**. Doha: 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/6/african-leaders-seek-global-taxes-for-climate-change-at-nairobi-summit>. Acesso em: 18 jun. 2024

SEFORALL AFRICA HUB. **G20 Energy Access Action Plan**. Abidjan: 2024. Disponível em: <https://www.se4all-africa.org/seforall-in-africa/regional-initiatives/g20-energy-access-action-plan/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TIGERE, Faith; MAKOKERA, C. G. **Aligning G20 Initiatives With Africa's Priorities**. GEGAfrica, Global Economic Governance. Policy Brief, feb. 2018

THE WORLD BANK GROUP (2024). **G20 Compact With Africa: Compact Monitoring Report**. Africa Advisory Group Meeting. Washington: 2024. Disponível em: <https://www.compactwithafrica.org/content/dam/Compact%20with%20Africa/CWA/Jun2023/CwA%20Monitoring%20Report%20May%202024.pdf>. Acesso em 6 jun. 2024.

UNIDO. United Nations Industrial Development Organization. **The G20 Initiative on Supporting Industrialization in Africa and LDCs: Review of progress** Vienna: 2019. Disponível em: https://www.unido.org/sites/default/files/files/2019-11/The_G20_Initiative_on_Supporting_Industrialization_in_Africa_and_LDCs.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.⁸

Murilo Gomes da Costa · Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Rio de Janeiro (RJ). Brasil. Doutor em Ciência Política pelo do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-Uerj). Pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (Lab-mundo). Foi premiado com o *Atlantic Security Award*, em 2023, com uma pesquisa sobre cooperação em defesa no Atlântico Sul.